

16. Fornecedores-terceiros

	Controladora		Consolidado	
	2014		2014	
	2015	(Reapresentado)	2015	(Reapresentado)
Fornecedores nacionais	8.635	8.472	13.037	9.853
Fornecedores estrangeiros	1.515	1.043	1.515	3.163
	10.150	9.515	14.552	13.016

A abertura por vencimento do saldo de fornecedores-terceiros em 31 de dezembro de 2015 e 2014, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014		2014	
	2015	(Reapresentado)	2015	(Reapresentado)
Vencidos				
Em até 30 dias	3.079	-	5.618	-
Em até 90 dias	2.479	-	2.531	-
Entre 91 a 180 dias	140	-	148	-
	5.698	-	8.297	-
Vincendos				
Em até 30 dias	3.755	9.515	5.558	13.016
Em até 90 dias	692	-	692	-
Entre 91 a 180 dias	5	-	5	-
	4.452	9.515	6.255	13.016
	10.150	9.515	14.552	13.016

17. Empréstimos e financiamentos consolidado

	Taxa média anual de Encargos %	2015	2014 (Reapresentado)
Empréstimo (a)	4,5% a.a + LIBOR Anual	80.902	60.315
		80.902	60.315
Circulante		16.473	16.488
Não Circulante		64.429	43.827

a) Refere-se recursos obtidos pela controlada Cadam Overseas Ltd., junto à empresa CMM Overseas S.A., controlada pela Vale S.A. (empresa esta que foi controladora da Cadam S.A. até 07 de maio de 2012). Tal montante foi emprestado para que a Cadam Overseas Ltd, pudesse gerir seu fluxo de caixa operacional.

Conforme "Alteração e Novação de Contrato de Empréstimo" firmado entre as partes envolvidas, "...o valor principal e a taxa de juros deverão ser integralmente pagos pela Cadam e pela Cadam Overseas, no prazo de até 60 (sessenta) meses contados a partir de 7 de maio de 2012, sendo certo que o Valor do Principal deverá ser pago em 5 (cinco) parcelas anuais e a Taxa de Juros deverá ser paga em 10 (dez) parcelas semestrais..."

A Companhia procedeu ao acordo de reescalonamento da dívida com o credor VALE, tendo obtido êxito, a qual passa a ter os seguintes vencimentos:

Ano de Vencimento	2015	2014 (Reapresentado)
2016	-	19.922
2017	11.714	23.905
2018	15.619	-
2019	19.524	-
2020	17.572	-
	64.429	43.827

Em garantia dos empréstimos foi oferecido direito minerário da companhia e ativos imobilizados que em 31 de dezembro de 2015 montam R\$ 64.831.

18. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2014		2014	
	2015	(Reapresentado)	2015	(Reapresentado)
Imposto de Renda a pagar	11.510	2.059	12.360	3.522
Contribuição Social a pagar	4.161	750	4.161	750
PIS a pagar	141	3	141	3
CONFIS a pagar	291	12	291	12
ICMS a pagar	609	214	609	214
CEFM	249	42	249	42
Outros	584	719	584	755
	17.545	3.799	18.395	5.298

19. Provisão para demandas judiciais

a) Movimentação

	Controladora				
	Trabalhista e Previdenciárias	Tributárias	Ambientais	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)	11.837	47	135	-	12.019
Adição	553	820	137	390	1.900
Reclassificação	(11.152)	11.043	(135)	48	(196)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.238	11.910	137	438	13.723

	Consolidado				
	Trabalhista e Previdenciárias	Tributárias	Ambientais	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)	11.837	47	135	-	12.019
Adição	553	820	137	390	1.900
Reclassificação	(11.152)	11.043	(135)	48	(196)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.238	11.910	137	438	13.723

(b) Natureza

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, ambientais, trabalhistas, cíveis e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Admi nistração, amparada pela opinião de seus assessores legais externos.

(c) Contingências de perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Companhia é parte em ações de naturezas tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída.

Tais processos representam os montantes de R\$ 43.928 e RS 2.846, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 43.997 e R\$ 2.664 respectivamente, em 2014).

(d) Principais discussões

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

A Companhia questiona judicialmente 03 (três) autos de infração lavrados pela Receita Estadual do Pará em razão da cobrança de ICMS sobre as exportações de caulim efetuadas entre os anos -calendário de 1993 e 1996. Em função de revisão dos valores devidos, efetuada pela Secretaria de Fazenda do Estado do Pará, o valor atualizado, em 31 de dezembro de 2015 é de aproximadamente R\$ 202.903 (R\$196.768em 2014). Como os assessores jurídicos da Companhia, amparados por diversos laudos de especialistas, entendem ser provável a chance de êxito, não foi constituída provisão para esta demanda judicial.

Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)

A Companhia discute judicialmente por meio da Execução Fiscal nº 0017846-19.2011.4.01.3900, ajuizada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, a cobrança da diferença de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) no valor - atualizado pela SELIC em dezembro de 2015 - de RS 45.881 (12/2014 - R\$ 40. 194), supostamente recolhido a menor pela Empresa no período de janeiro de 1991 a dezembro de 2004. Apesar do prognóstico de perda possfvel, baseada no parecer dos Assessores Jurídicos da Companhia, a empresa apresentou Carta Fiança no valor de R\$41.000 como garantia para discutir judicialmente a mencionada Execução Fiscal.

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro de controladas no exterior

Em março de 2003, a Cadam impetrou mandado de segurança tendo em vista a exigência do recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido referente aos lucros auferidos por controladas sediadas no exterior, no período de 1º de janeiro de 1996 a 31 de dezembro de 2004, independentemente, de sua efetiva distribuição. Tendo sido negada a liminar, foi interposto agravo de instrumento.

20. Provisão para fechamento de mina

A Companhia utiliza diversos julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações referentes à provisão para fechamento de minas e desmobilização dos ativos atrelados às operações de minas.Do montante provisionado não estão deduzidos os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações, porque sua recuperação é considerada incerta.

As taxas de juros de longo prazo utilizadas para desconto a valor presente e atualização da provisão para 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram de10,54% e 3,67 a.a. respectivamente. O passivo constituído é atual zado periodicamente tendo como base o índice de inflação ("IGP-M") do período, em referência.

	Controladora	Consolidado
	2015	2015
Saldo em 31 de dezembro de 2014	23.412	23.412
Adição	3.429	3.429
Reversão	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	26.841	26.841

21. Patrimônio líquido

21.1. Capital social

O capital social e integralizado é de RS 183.904 em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e está representado por 22.000.000 ações, sendo 13.525.820 ordinárias, 4.761.682 preferenciais classe A e 3.712.498 preferenciais classe B, sem valor nominal.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, ressalvado o disposto no parágrafo abaixo, prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia e direito à participação integral nos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias.

As ações preferenciais têm o direito a voto restrito para eleger, em separado, um membro do Conselho de Administração, um membro efetivo e um membro suplente do Conselho Fiscal. Adicionalmente, as ações preferenciais adquirirão o exercido do direito a voto se a Companhia deixar de pagar o dividendo a que fizerem jus por três exercicios consecutivos:

	2015		
Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total de ações
Kamim LLC. (i)	13.525.820	-	13.525.820
Outros - não controladores	-	8.474.180	8.474.180
	13.525.820	8.474.180	22.000.000

	2014 (Reapresentado)		
Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total de ações
Kamim LLC. (i)	13.525.820	-	13.525.820
Outros - não controladores	-	8.474.180	8.474.180
	13.525.820	8.474.180	22.000.000

21.2. Reserva de capital - subvenções para investimentos

Reserva constituída com benefício fiscal de redução de Imposto de Renda na Área da SUDAM. Parte do Imposto De renda devido pode ser reinvestido na aquisição de equipamentos na operação incentivada, sujeita a aprovação posterior pela agência reguladora da área incentivada Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM"). Quando aprovado o reinvestimento, o benefício fiscal é também apropriado em uma reserva de lucros, com impedimento à distribuição como dividendos aos acionistas.

21.3. Reserva legal

O estatuto social determina a destinação de 5% do lucro líquido, para formação de reserva legal, até atingir os limites fixados pela legislação societária.

21.4. Distribuição de dividendos

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nr. 6.404/76.

24. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2014		2014	
	2015	(Reapresentado)	2015	(Reapresentado)
Receita bruta de vendas				
Venda de caulim - mercado externo	93.919	65.124	138.784	113.565
Venda de caulim - mercado interno	59.387	55.914	59.387	55.914
Receita de serviços	-	-	7.717	8.276
	153.306	121.038	205.88	177.755
Deduções de vendas				
Imposto e contribuições sobre vendas (a)	(12.872)	(12.800)	(12.872)	(12.800)
	(12.872)	(12.800)	(12.872)	(12.800)
Receita líquida de vendas	140.434	108.238	193.016	164.955